

CORPO E ALMA DO BRASIL

Direção dos
Profs. Fernando Henrique Cardoso
e Boris Fausto

XXIII



MANUEL NUNES DIAS — FERNANDO. A
NOVAIS — EMÍLIA VIOTTI DA COSTA —
VIRGÍLIO NOYA PINTO — JOSÉ RIBEIRO
JÚNIOR — MARIA DO CARMO CAMPÊLO
DE SOUZA — BORIS FAUSTO — LOURDES
SOLA — GABRIEL COHN — PAULA
BEIGUELMAN — JAIME PINSKY E NILO
ODÁLIA

BRASIL EM PERSPECTIVA

Prefácio do
PROF. JOÃO CRUZ COSTA

*Organização
e Introdução de*
CARLOS GUILHERME MOTA

19.^a EDIÇÃO



Capa de
CLAUS P. BERGNER

1990

Todos os direitos reservados à:
EDITORA BERTRAND BRASIL S.A.
Rua Benjamin Constant, 142 - Glória
20241 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (021) 221-1132
Telex: (21) 38074
Fax: (021) 231-0754

ÍNDICE

PREFÁCIO — Prof. João Cruz Costa	7
NOTA INTRODUTÓRIA — Carlos Guilherme Mota	11
EXPANSÃO EUROPÉIA E DESCOBRIMENTO DO BRASIL — Manuel Nunes Dias	15
O BRASIL NOS QUADROS DO ANTIGO SISTEMA COLO- NIAL — Fernando A. Novais	47
INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA EMANCIPAÇÃO POLÍTI- CA — Emília Viotti da Costa	64
BALANÇO DAS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS NO SÉ- CULO XIX — Virgílio Noya Pinto	126
O BRASIL MONÁRQUICO EM FACE DAS REPÚBLICAS AMERICANAS — José Ribeiro Júnior	146
O PROCESSO POLÍTICO-PARTIDÁRIO NA PRIMEIRA RE- PÚBLICA — Maria do Carmo Campello de Souza	162
A REVOLUÇÃO DE 1930 — Boris Fausto	227
O GOLPE DE 37 E O ESTADO NOVO — Lourdes Sola	256
PROBLEMAS DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO SÉCULO XX — Gabriel Cohn	283
O PROCESSO POLÍTICO-PARTIDÁRIO BRASILEIRO DE 1945 AO PLEBISCITO — Paula Beiguelman	317
O BRASIL NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: 1930-1945 — Jaime Pinsky	337
O BRASIL NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: 1945-1964 — Nilo Odália	350

O GOLPE DE 37 E O ESTADO NOVO

LOURDES SOLA

A 10 de novembro de 1937, dia do golpe que instaurou o Estado Novo, Getúlio Vargas, líder político daquele movimento e até então presidente constitucional, em proclamação ao povo do Brasil, justificava a necessidade e a inevitabilidade de um regime autoritário:

“A consciência das nossas responsabilidades indicava, imperativamente, o dever de restaurar a autoridade nacional, pon-do termo a essa condição anômala da nossa existência política, que poderá conduzir-nos à desintegração, como resultado final dos choques de tendências inconciliáveis e do predomínio dos particularismos de ordem local” (...) “o estado de risco iminente da soberania nacional”.

E, no início daquela declaração:

“O homem de Estado, quando as circunstâncias impõem uma decisão excepcional”, (...) “não pode fugir ao dever de tomá-la, assumindo perante a sua consciência e a consciência de seus cidadãos as responsabilidades inerentes à alta função que lhe foi delegada”.

Em seguida, na primeira pessoa:

“Tenho suficiente experiência das asperezas do poder para deixar-se seduzir pelas suas exterioridades e satisfações de caráter pessoal. Jamais concordaria, por isso, em permanecer à frente dos negócios públicos, se tivesse de ceder quotidianamente às mesquinhas injunções da acomodação política, sem a certeza de poder trabalhar com maior proveito pelo bem da coletividade”. (...) “Firme propósito de continuar servindo à Nação”.

E, no final, um apelo que era também um programa:

“Restauremos a Nação na sua autoridade e liberdade de ação: — na sua autoridade, dando-lhe os instrumentos de poder real e efetivo com que possa sobrepor-se às influências desagregadoras internas ou externas; — na sua liberdade, abrindo o plenário do julgamento nacional sobre os meios e os fins do governo e deixando-a construir livremente a sua história e o seu destino” (1).

Os principais componentes desse discurso ideológico, repisados centenas de vezes no período que vai de 1937 a 1945, apontam para um conteúdo contraditório: a realização dos interesses “universais” da Nação (concebida em essência como um todo indiviso) teriam por condição política, de fato, o fortalecimento do *poder pessoal*. Executivo e Legislativo concentrados em mãos firmes, são então a tarefa de “reconstrução nacional” seria efetivada. Aquela contradição era, no entanto, resolvida ainda no interior da própria ideologia, quando Vargas reivindicava a *plena identidade entre ele e a Nação*; com isso, o aumento de poder pessoal implicaria — é a imagem paradoxal proposta — como que numa *despersonalização* do Presidente, que passaria a ser, então, apenas o suporte da coletividade.

De fato, Getúlio Vargas será o centro político do Estado Novo, mais ainda do que fora enquanto Presidente Provisório, depois de 1930, e como Presidente Constitucional, a partir de 1935, o que confere eficácia àquela representação ideológica. Explicar, o fato e a imagem como constantes de todo regime autoritário, seria insuficiente; ambos resultam de condições particulares da história brasileira depois de 1930. Apontá-las implica em determinar as características do golpe de Estado e as condições que o tornaram possível; implica também em reconstruir o processo pelo qual foi se impondo a idéia de Vargas como árbitro e salvador.

Entre os principais articuladores do golpe, encontravam-se elementos de cúpula das Forças Armadas, já integrados ao governo, Gal. Góes Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército, Gal. Gaspar Dutra, Ministro da Guerra, e militares de sua confiança; intelectuais, dos quais o mais destacado, Francisco Campos, redigira a nova constituição; contara também com o apoio

(1) Getúlio Vargas — *A Nova Política do Brasil*, Livraria José Olympio Ed., vol. V, pág. 32.

simpático de alguns oficiais saídos do movimento tenentista, como João Alberto. Conspiraram oficiais e civis integralistas liderados por Plínio Salgado, a quem se prometera o Ministério da Educação.

A dissolução do Congresso, medida decisiva que permitia a Vargas amplos poderes, logo sancionados pela Constituição, outorgada naquele mesmo dia, se dera sem oposição organizada, a não ser ao nível do próprio Parlamento. O Presidente tinha o controle dos executivos estaduais, depois de ter neutralizado um de seus últimos opositores, Flores da Cunha, governador do Rio Grande do Sul, através da federalização da Brigada Militar Rio-Grandense.

Das características mais específicas do golpe de 10 de Novembro — e que o diferenciam daqueles ocorridos na Europa na mesma década, com os quais erradamente certos autores o identificam — algumas são negativas. Isto é, ele *não representou a vitória de um partido organizado* (a participação dos integralistas era adjetiva), nem teve *apoio ativo de massas*. A *carência de unidade e de estrutura ideológicas*, outro traço distintivo, não era compensada pelas afirmações de seus principais autores, que procuravam legitimá-lo em nome do programa e das reivindicações da revolução de 30: como se sabe, esta resultara de forças sociais, de expectativas e mesmo de ideologias bastante díspares, e essa heterogeneidade se revelara logo em seguida sob a forma de divergências políticas; não podia por isso, servir de referência unitária.

Esta falta de mediações organizatórias entre Vargas e o país, salvo a das Forças Armadas, explica a eficácia daquela representação personalista do novo regime. A ausência de mobilização política ampla que lhe servisse de base, permite que a instauração do Estado Novo apareça como um golpe de elites político-militares contra elites político-econômicas.

À primeira vista, realmente, ele significa a derrota de um Legislativo, composto em boa parte por representantes das oligarquias rurais, velhas e novas, por grupos ligados às finanças e por profissionais liberais; enquanto representantes individuais, eram assim, temporariamente eliminados da vida política. É significativa, entretanto, a atitude dos oitenta deputados que foram saudar Vargas, após o cerco do Congresso por tropas federais, sem dúvida índice de um legislativo desmoralizado; mas indicava ao mesmo tempo, o alívio de seus integrantes por se verem obrigados a “transferir” uma incômoda responsabili-

dade. A ditadura lhes aparecia como um mal menor e essa convicção era compartilhada por uma boa parte dos grupos que representavam.

O mal maior que procuravam assim exorcizar, constantemente reinvocado por Vargas e seus colaboradores, já convertido em mero fantasma em 1937, era “o radicalismo comunista”. Muito sintomaticamente, no preâmbulo à Constituição que legalizava o regime autoritário, a presença desse tema ocupava quase todo o texto — muito mais do que na fala ao povo irradiada no mesmo dia:

“Conhecidos fatores de desordem (...) que uma notória propaganda demagógica procura desnaturar em luta de classes, e da extremação dos conflitos ideológicos, tendentes, pelo seu desenvolvimento natural a resolver-se em termos de violência. Atendendo ao estado de apreensão criado no país pela infiltração comunista”...

Esse fantasma adquirira contornos reais — mas vagos — em 1935⁽²⁾. A revolução de 1930 continuara e produzira novos desdobramentos: sucessivas divisões e reaglutinamentos das forças políticas e sociais, nela unificadas. E mais ainda, aquelas oposições se generalizavam e, ao alcançar camadas populares urbanas, se radicalizavam. A polarização dessas novas forças em estado de disponibilidade política, também elas heterogêneas (operárias, indivíduos de classe média, incluindo profissionais liberais e militares), representava um grave problema para as novas e velhas oligarquias e para os grupos financeiros, porque frustrava suas expectativas de resolver *intramuros* os principais problemas políticos e econômicos do “país”, isto é, os seus.

Neste sentido, o Partido Comunista era o mais temível, por ser, ao lado da Ação Integralista, uma das poucas forças organizadas, potenciadas portanto, em sua ação, e porque propunha uma ideologia de orientação popular e de amplitude nacional. A contra-ideologia que se lhe opunha, o integralismo, de conteúdo fascista, correspondia também a um movimento disciplinado, sob a forma de milícias, cujas bases sociais eram compostas principalmente de elementos de classe média e por militares. Estes os dois grandes pólos ideológicos do período que

(2) As informações que seguem se baseiam na descrição de E. Carone, in *Revoluções do Brasil Contemporâneo*, Curitiba, 1965.

vai de 33 a 35 e que catalisavam não só as polêmicas de natureza doutrinária mas também as inúmeras demonstrações públicas, agitações e contendas nas ruas do Rio, de São Paulo, de Recife.

O Legislativo, não sem oposições, aprovava a Lei de Segurança Nacional, instrumento de controle e de repressão política — ao mesmo tempo, no mesmo mês de abril de 35, em que surge a Aliança Nacional Libertadora. Esta era uma frente única, pouco homogênea quanto à sua composição política: “partidos de esquerda, sindicatos, certa ala tenentista e elementos apartidários”, cujo presidente de honra Luís Carlos Prestes, era chefe do Partido Comunista. A capacidade de mobilização daquele agrupamento político⁽³⁾ representava uma promessa de ameaças aos interesses de umas e de outras facções dos grupos dominantes. Os programas da ANL, embora heterogêneos, apontavam para a mesma “perigosa” direção, porque incluíam, sobre o denominador comum do nacionalismo, a liquidação dos latifúndios, extinção de tributo dos aforantes, cancelamento das dívidas imperialistas — contestação indireta da estrutura rural existente; reivindicavam também a nacionalização das empresas estrangeiras, salário mínimo, jornada de trabalho de 8 horas — palavras de ordem que poderiam mobilizar um proletariado urbano em crescimento e fazê-lo adquirir experiência política, ameaçando assim os grupos industriais necessitados de capital e de paz.

A ANL foi fechada a 13 de julho de 1935, depois de um discurso de Prestes em que apelava às massas para que se organizassem; veio um início de repressão: prisões de civis, punições a soldados, sargentos e oficiais. Os grupos de choque remunerados e as milícias integralistas colaboravam, eficientes, nessa tarefa.

Tal reação do governo, com a anuência das elites, era apenas uma amostra do que ocorreria meses depois, logo em seguida aos levantes armados de Natal, Recife e Rio de Janeiro, respectivamente a 23, 25 e 27 de novembro, de que participaram oficiais subalternos e sargentos. Por sua articulação eram responsáveis líderes comunistas como Prestes, Astrojildo Pereira,

(3) “De âmbito nacional e revestindo nova forma partidária e política conseguiu mais que qualquer outro (grupo) uma prodigiosa expansão, com mais de 1 600 núcleos e inscrição diária de 3 mil elementos pagantes somente em maio”, in, E. Carone, *op. cit.*

Harry Berger, R. Ghioldi, Léon Valée, além de elementos infiltrados pelo governo. A derrota daquele movimento, que desencadeou prisões em massa, torturas e a eliminação física de alguns de seus participantes, representou vitória significativa de Vargas sobre aquelas elites — agora confirmadas em seus temores. Por sucessivas concessões do Legislativo, a pedidos e pressões do Executivo, o Brasil viveu em estado de emergência logo equiparado a estado de guerra, de novembro de 1935 a junho de 1937. O consentimento a tais medidas implicava na convicção mais ou menos generalizada — excetuados nos meses finais alguns líderes como Otávio Mangabeira — de que o fortalecimento do Executivo era a condição de estabilidade e de ordem, portanto de sobrevivência dos grupos dominantes. Enquanto isso, aproveitando seus poderes excepcionais, Vargas e Góes Monteiro neutralizavam os generais oposicionistas reforçando seu esquema militar.

O exagero e a amplificação da ameaça comunista se reportavam a várias condições, das quais a mais superficial foi a habilidade de Vargas e de seus colaboradores em torná-la constantemente presente pela propaganda cerrada⁽⁴⁾. Eles souberam trabalhar, explorando-as, certas fraquezas objetivas das classes dominantes e dos grupos que a integravam — fraqueza cuja manifestação política tinha sua raiz na vida econômica.

No setor do café, principal produto de exportação num país até então predominantemente exportador, a crise internacional de 1929 prosseguia em seus efeitos; as tentativas feitas para corrigi-los foram assumidas pelo poder central e por órgãos especiais dele dependentes. Essa intervenção, cujo objetivo era a defesa dos preços no mercado mundial, se fazia através do Conselho Nacional de Café, com financiamentos do Banco do Brasil: entre outras medidas, a queima anual de grandes quantidades do produto, as quotas de sacrifício. Para financiá-las, e aos estoques que se acumulavam, além dos empréstimos no exterior, o governo fixara uma taxa por saca exportada e mais outra para cada novo pé plantado, com o objetivo de desestimular as inversões nesse setor⁽⁵⁾. Não obstante, de 1931 a 1937 o preço máximo do café Santos em Nova Iorque, era em

(4) Por exemplo a falsificação de um plano supostamente comunista de rebelião, o Plano Cohen, forjado por integralistas e “encontrado” no Estado-Maior do Exército.

(5) Delfim Netto — *O Problema do Café no Brasil*, São Paulo, 1959, pág. 130 e segs.

média 9,8 cents, inferior àquele obtido em 1931 (13,1 cents) e ao de 1929 (21,7) por libra-peso. Mais ainda, o Brasil, porque sustentava os preços, estimulava indiretamente a produção em outros países competidores: em 1937 sua quota no mercado mundial, que era de 60% antes de 1932, caíra a 50% (6). Em fins desse ano, em que se deu o golpe, o Departamento Nacional de Café destruía 17,2 milhões de sacas, mais do que a exportação nacional em qualquer ano.

A importância dos grupos ligados à exportação e importação do café, e sua experiência de liderança (seu poder deixara de ser hegemônico mas não se anulara) permitiam que aqueles prejuízos se exprimissem facilmente na *instância política* sob a forma de pressões e de descontentamentos, mas também, sob a forma de compromissos. A outra face — indissociável — dessa situação era a dependência em que se encontravam frente ao poder central, na fixação dos mais mínimos detalhes de sua política econômica (7). E de fato, em sua fala no dia do golpe, Vargas associa o problema do café e sua solução à liberdade de movimentos que o regime autoritário lhe permitiria.

Em contrapartida a essa depressão, outro setor se desenvolvera rapidamente nos anos 30: aquele que produzia para o mercado interno, sobretudo o industrial. A desvalorização de nossa moeda — um dos instrumentos de defesa da renda no setor cafeeiro — encarecendo os produtos importados, estimulava a produção interna de bens manufaturados, reforçada pelo crescimento do mercado consumidor urbano. “A existência de capacidade ociosa em algumas das indústrias que trabalhavam para o mercado interno e o fato de que já existia no país um pequeno núcleo de indústrias de bens de capital, explica a rápida ascensão da produção industrial, que passa a ser o fator dinâmico principal no processo de criação de renda” (8). A

(6) John W. Dulles — *Vargas of Brazil*, Austin, 1967.

(7) Vargas cultivava essa dependência através de novos favores. “Em novembro de 1937, pouco antes do golpe de Estado e provavelmente com o objetivo de obter a simpatia da cafeicultura, o governo resolveu, diante do malogro do acordo internacional, modificar sua política cafeeira. A taxa de exportação foi reduzida de 45\$000 para 12\$000 por saca e as divisas provenientes do café foram totalmente liberadas. O governo não interviria mais no mercado, a não ser pela continuação da quota de sacrifício de 30% e da quota de retenção de 30%”, in Delfim Netto, *op. cit.*, pág. 144.

(8) Celso Furtado — *Formação Econômica do Brasil*. Edit. Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1959. 2.^a edição.

produção de bens de capital, medida em termos de ferro, aço e cimento, recomeçou a crescer já em 1931 e, em 1932, aumentara de 60% em relação a 1929. A produção industrial, de modo geral cresceria de 50% entre 1929 e 1937 (9).

Apesar desse quadro favorável, entretanto, a situação da indústria era afetada por uma *instabilidade prospectiva* também ao nível econômico: a necessidade de bens de capital, provisoriamente satisfeita pela utilização da capacidade ociosa existente nesse setor, logo se tornaria premente. Previa-se como indispensável ou a importação preferencial daqueles bens, ou o desenvolvimento de sua produção no país. E a primeira alternativa se tornava inviável, por algum tempo, em virtude do *deficit* em nossa balança de pagamentos: as divisas estrangeiras eram absorvidas pelo serviço da dívida externa. De qualquer modo, ambas alternativas implicavam em maior participação do poder central: quer concedendo financiamentos e vantagens para a importação daqueles bens, quer facilitando créditos aos industriais interessados em produzi-los. De resto, tais benefícios interessavam a vários tipos de empresário, também àqueles cujos investimentos eram canalizados para a fabricação de bens de consumo.

Tais insuficiências ao nível econômico eram potenciadas pela fraca intervenção dos industriais no jogo do poder, seu reduzido acesso — como classe — aos principais centros de decisão. Seus interesses e seu papel *políticos* existiam, sem dúvida, mas sob a forma de virtualidades. Por isso não é da parte desse grupo que virá a pressão mais eficaz no sentido de estimular a industrialização. O que dava força política a esse projeto era o fato de ser defendido com insistência pelas Forças Armadas, e que envolvia praticamente todos os seus escalões: os superiores, porque viam nela condição de reequipamento e porque a associavam ao tema da segurança nacional: os escalões inferiores, liberais ou radicais, por considerá-la condição de desenvolvimento econômico e de autonomia política. Os militares em geral constituíram, portanto, a guarda avançada, a mais eficiente, dos defensores da industrialização; graças à sua participação direta no poder, ou quando isso não ocorria, pelos canais de pressão de que dispunham e do prestígio de que gozavam.

(9) Idem.

Na verdade, industrialização em país semicolonial é sinônimo de progresso: ela era um programa popular, difundido entre as classes médias urbanas, reivindicado pelos grupos políticos mais progressistas. Na década de 30 ela deixava de ser uma categoria econômica, já não designava apenas um processo, mas se convertera numa noção ideológica: entrada para o domínio das representações coletivas.

Em resumo, dois grandes conjuntos econômicos, por razões e através de canais diferentes, convergiam na mesma direção política, apontando para o fortalecimento do poder de Estado: a situação depressiva da cafeicultura e os efeitos desastrosos que provocava sobre a balança de pagamentos; com a queda de nossas exportações, de um lado; de outro, as perspectivas positivas no setor industrial que, por isso mesmo, revelavam as insuficiências de seu desenvolvimento. Por tudo isso, o Executivo tinha bases objetivas para se promover como a salvação de uns e como o patrocinador de outros.

A fraqueza das novas oligarquias que contavam com a manutenção do sistema representativo para reforçar seu poder, concorreu para o mesmo desenlace. Um índice suficientemente revelador é o comportamento *politicamente contraditório* de um de seus expoentes. Armando de Salles Oliveira, considerado o mais forte candidato às eleições de 1938 (que Vargas iria frustrar), denunciava às vésperas do golpe, através de manifesto lido no Congresso e distribuído nos quartéis, as manobras continuístas do Presidente. Para contrarrestá-las, entretanto, fazia apelos veementes aos chefes militares, um reconhecimento implícito de sua impotência e dos grupos que representava. Mais ainda, com outros líderes liberais, em várias ocasiões, ele contribuía para que o Executivo se afirmasse na qualidade de "salvador". Não só pela indiferença à violenta repressão de Vargas aos grupos esquerdizantes, que poderiam agora servir de apoio aos "princípios democráticos", não só pelos elogios ao "heroísmo altruísta do Exército" em responder à "agressão bolchevista", mas principalmente por declarações como esta, depois do levante de 1935: "O Congresso brasileiro demonstrou que não tem medo da responsabilidade de dar ao Executivo meios de defender a Nação, em crises que a Constituição não previra"⁽¹⁰⁾. Antes disso, conta um historiador desse período, "quando a 16 de novembro Domingos Velasco pede o fechamento da Ação Integralista Brasileira, alegando a

(10) Armando de Salles Oliveira. in *Jornada Democrática*.

desigualdade de tratamento entre este movimento totalitário e a ANL (...) a bancada paulista vota contra o projeto"⁽¹¹⁾.

Resta determinar o papel desempenhado pelas Forças Armadas, especialmente pelo Exército, na instauração da nova ordem: certos grupos militares, gerais como Dutra, Góes Monteiro, Daltro Filho, constituíram o único núcleo organizado e ativo, responsável pela articulação do golpe, representariam também, o mais eficaz suporte do Estado Novo. A palavra de ordem de Góes, "um Estado forte com Exército forte", não era resultado apenas, das simpatias, de resto confessadas, pelos movimentos totalitários europeus. Ela exprimia a firme determinação de resolver a instabilidade política e econômica dos anos 30 e que se manifestara de maneira especialmente aguda no interior das próprias Forças Armadas. O movimento tenentista, agora pulverizado e sem qualquer identidade, a intensa participação de militares, sobretudo da jovem oficialidade em atividades radicais, seu apoio a programas esquerdizantes, eram evidências perturbadoras da "indisciplina" que ameaçara desintegrar "a coesão do Exército e anular o papel decisivo" que este "tradicionalmente desempenhara", nas crises nacionais.

A ideologia daquela ala golpista das Forças Armadas implicava, entretanto, em motivações muito mais específicas e que não se esgotavam nas tarefas de ordem e de conservação. Elas se orientavam por certas exigências na instauração do *novo*, e que afetam o papel desse grupo de uma ambigüidade fundamental, o que torna difícil sua caracterização. De um lado, estavam comprometidos com a violenta repressão contra civis, com a neutralização dos grupos militares oposicionistas, através da intensa aplicação das medidas previstas na Lei de Segurança Nacional: reforma, exoneração, perda de patentes e mesmo prisão; organizavam e participavam das tarefas de controle e de espionagem. Esta é uma de suas faces; a outra se manifesta no interior de um contexto mais amplo. O problema da unidade e da segurança nacional era tema universalmente valorizado, num mundo dividido por "nacionalismos" e em preparativos de guerra. No Brasil, nação economicamente dependente, em que predominava a produção de matérias-primas, o problema da defesa nacional era associado pelas cúpulas militares (e por Vargas) à instalação de indústrias de base, à exploração autônoma das fontes de energia e à proteção das riquezas do subsolo, condições também de "reaparelhamento militar eficiente". Eram

(11) Carone. *op. cit.*

medidas que apontavam para a *transformação de nossa infra-estrutura*.

Desses dois aspectos conjugados resulta uma configuração típica: exigências *progressistas ao nível econômico, prática política* impregnada, de elementos *ultra-reacionários*.

A noção ideológica de socialismo — abstrata, exatamente porque esvaziada de conteúdo social — poderia servir nesse período, como em outros, de denominador aparentemente comum, entre forças sociais diversas e mesmo opostas: a Aliança Nacional Libertadora, o integralismo, os militares golpistas, e uma facção dos grupos filiados ao comunismo.

O Estado Novo seria também caracterizado por Vargas e, nos escritos de seus principais ideólogos, como Francisco Campos e Azevedo Amaral, de Estado Nacional.

Os cinco primeiros anos do novo regime correspondem à progressiva, mas definitiva consolidação do poder de Estado. A maioria das reformas de natureza administrativa e política, muitas das soluções econômicas e sociais dessa fase, estão em continuidade marcante com tendências anteriores, que apontaram em 1930, reforçadas depois de 1935. Só que agora, os novos quadros institucionais eram instalados através de um Estado apartidário, e com um mínimo de fricções e de contestação políticas. Os últimos grupos oposicionistas ativos seriam definitivamente isolados, pela violência, no ano de 1938.

Pela nova Carta, o Presidente dispunha de plenos poderes, legislativos e executivos; era-lhe permitido também demitir e transferir funcionários, reformar e afastar militares que representassem ameaça “aos interesses nacionais”. Pelo artigo 186, era declarado estado de emergência em todo o território nacional, o que tornava possível ordenar prisões, exílio, invasão de domicílio; instituía-se a prisão preventiva; tornava-se legal a censura de todas as comunicações. Tais atos escapavam à decisão do judiciário.

Tornado constitucional o estado de emergência, foram institucionalizados os instrumentos necessários para sua consecução: o Departamento de Propaganda, encarregado também da censura, entregue a Loureiro Fontes, e subordinado ao Ministério da Justiça, que continuava sob a direção de Francisco Campos; o Código de Imprensa, publicado em dezembro de 1937, tornava ilegal qualquer referência desrespeitosa às auto-

ridades públicas. Foi instituída a “Hora do Brasil”, emissão radiofônica diária e obrigatória, através da qual eram divulgados os programas governamentais e as palavras do Presidente.

Uma das medidas de efeitos políticos imediatos, o decreto de 3 de dezembro, determinava a dissolução de todos os partidos e proibia quaisquer símbolos, gestos e uniformes identificadores. Graças a isso, não só os grupos oposicionistas eram neutralizados; atingia-se a Ação Integralista Brasileira, contrariando as expectativas desse grupo que, secundado por Francisco Campos, se julgara a base política da nova ordem. O governo procurava assim se desvencilhar de quaisquer compromissos ideológicos e partidários que pudessem inibir suas atividades.

Em janeiro de 1938, os integralistas oficializavam seu rompimento com Getúlio Vargas; Plínio Salgado, o médico baiano Belmiro Valverde, também integralista, passaram a conspirar com o grupo liberal articulado por Otávio Mangabeira e Euclides de Figueiredo, e financiado em parte por Flores da Cunha, no exílio em Montevideú. Tinham o apoio militar do Gal. José Maria de Castro Júnior. Em março, a polícia apreendia enorme suprimento de armas na casa de Belmiro Valverde, e uma lista de oficiais fiéis ao governo a serem eliminados. Mangabeira e Euclides de Figueiredo foram presos, mas o chefe da polícia do Rio de Janeiro, Felinto Müller, inocentava Plínio Salgado. Havia elementos simpáticos ao integralismo, ainda, na Polícia Militar, na Marinha e em alguns setores do Exército, que continuaram a conspirar. Tais grupos foram definitivamente neutralizados, quando do fracasso de um levante armado de que participaram quarenta e cinco integralistas liderados pelo tenente liberal Severo Fournier, e que consistiu no cerco do Palácio da Guanabara, onde se encontrava o Presidente e sua família. No mesmo dia do *putsch*, 10 de maio, eram mortos inúmeros rebeldes. A 16 de maio, por emenda constitucional, foi instituída a pena de morte no Brasil, cuja aplicação, prevista também em casos de ameaça à vida do Presidente, não teria, entretanto, efeitos retroativos. Pouco tempo depois, eram exilados Mangabeira, Arthur Bernardes, Armando de Salles, Lindolfo Collor; Plínio Salgado, mais tarde, seria convidado a sair do país, partindo para Portugal. Estavam removidos, assim, todos os obstáculos políticos “particularistas”.

A reforma administrativa, consolidada até fins de 1941 foi, pelos quadros institucionais que criou, pelos seus efeitos econômicos e políticos, a verdadeira condição de possibilidade da hegemonia do Estado: introduziu os instrumentos de con-

trole, que permitiram a definida centralização do poder e a integração nacional.

As relações entre o governo central e os Estados foram regulamentadas de modo a eliminar os últimos resquícios de federalismo, que caracterizara a República Velha. Os interventores que substituíram os governadores, dependiam de nomeação do Presidente e dispunham, como ele, não só de poderes executivos e legislativos; eram também encarregados de aplicar, ao nível dos Estados, as medidas em que implicava o estado de emergência — tarefa complementada pelas agências estaduais do Departamento de Propaganda. As polícias nos Estados dependiam, através do interventor, de Vargas — um recurso de controle que visava impedir qualquer concorrência com as forças e os grupos armados pelo governo federal.

Uma nova instituição, de funções aparentemente burocráticas, supervisionava, entretanto, as atividades do interventor; o Departamento Administrativo, existente em cada Estado, subordinado diretamente ao Ministério da Justiça, e cujo diretor era nomeado pelo Presidente. Entre as várias atribuições desse órgão⁽¹²⁾, as principais consistiam no estudo e na aprovação das leis decretadas pelo interventor, na fiscalização de seus atos, orçamentos e gastos, empréstimos e créditos. Por maioria de dois terços de votos daquele departamento, cujo tamanho variava de quatro a dez membros conforme a importância política e econômica do Estado, os decretos ou atos do interventor seriam vetados e passariam a depender de decisão presidencial. Esse sistema hierarquizado de controle garantia a subordinação aos programas e às ordens federais. Além desse resultado político, o Departamento Administrativo representava, pelas funções e pela sua composição profissional e social — jovens advogados, engenheiros, técnicos em agricultura, estatísticos — a introdução de novos padrões de eficiência e de um novo agente social, o burocrata de formação técnica. Esse tipo de organização, que também implicava em hierarquia e dependências, era basicamente diferente daquela que se orientava por critérios predominantemente políticos, de patronagem e de formação de clientela, característica da instituição da interventoria. Não eram alternativas exclusivas, entretanto, mas correspondiam a diferentes técnicas de ação, de intervenção

(12) Ver especialmente Karl Loewenstein, *Brazil Under Vargas*, Mac-Millan, 1942.

e de controle, que o governo de Vargas combinaria habilmente no plano da administração federal.

Nesse nível, o DASP (Departamento Administrativo de Serviço Público), previsto antes de 1937, instalado em 1938, centralizou a reforma administrativa no setor do funcionalismo, segundo critérios burocráticos de recrutamento, de execução e de promoção. Tinha poderes para elaborar o orçamento dos órgãos públicos, e o controle contábil da execução orçamentária. Sua importância na vida do país era enorme, dada a multiplicação de novos aparelhos burocráticos, encarregados de reformar a atividade educacional, sanitária e agrícola⁽¹³⁾. Informalmente, funcionava também como órgão consultivo do Presidente e de seus ministros.

A atividade do DASP, inovadora, ou disciplinadora de funções administrativas antes dispersas, a criação do Conselho Nacional de Economia e dos conselhos executivos federais, implicariam numa mutação significativa: as pressões, os descontentamentos e os compromissos de natureza econômica e política dependiam agora, para se exprimir, dos níveis mais altos da administração federal. O que ampliava de muito os limites de manipulação do Presidente.

Os problemas econômicos e sociais dos primeiros anos do Estado Novo, eram de modo geral, os mesmos da fase anterior, já descrita. As medidas para resolvê-los foram intensificadas, implicando em maior participação do Estado, e se alteraram quanto à forma, agora monolítica, de sua aplicação. Uma delas, das mais drásticas, foi o congelamento das dívidas externas, determinada pelo enorme *deficit* da balança de pagamentos, conseqüência, por sua vez, da redução das exportações e dos preços do café. Aquela decisão quebrava as promessas feitas por Osvaldo Aranha em 1934 ao governo americano, portavoz de nossos principais credores, e seria mantida até 1940, desautorizando mais uma vez, em 1939, o embaixador brasileiro em Washington.

Uma nova tentativa para corrigir os efeitos da crise do café — a redução da taxa de exportação, combinada com uma política agressiva de vendas e de propaganda no exterior — embora tenha elevado a quota do Brasil a 57%, não represen-

(13) Mário Wagner Vieira da Cunha — *O Sistema Administrativo Brasileiro*, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Rio de Janeiro, 1963.

tuou uma solução: os preços caíram ainda mais em 1939. Em fins de 1940, o "Inter-American Coffee Agreement" fixava quotas de exportação entre os E.U., principal importador de café (os países europeus em guerra tinham reduzido suas compras) e os 14 países latino-americanos produtores. Entretanto, no Brasil, o sistema das quotas de sacrifício, a queima anual de milhões de sacas de café, seria mantido até 1944 (14).

A intervenção do Estado na economia se intensificou ainda mais, pelo estímulo à diversificação da produção agrícola, aproveitando-se culturas já existentes e em desenvolvimento. Foram criadas autarquias especiais, os Institutos do Açúcar e do Alcool, do Mate, do Pinho, com múltiplas atribuições: financiamentos, experimentação e divulgação de técnicas mais aperfeiçoadas de cultivo. Por um processo espontâneo, o plantio do algodão se expandira, sobretudo no Estado de São Paulo, atraindo capitais antes investidos no setor do café: esse crescimento era devido apenas em parte ao aumento das exportações daquele produto para a Alemanha e o Japão, necessitados de matérias-primas, em virtude de sua participação na guerra.

A diversificação da produção agrícola, em parte espontânea, em parte estimulada pelo governo, tem outro fator dinâmico a explicar-lhe a eficácia. O esforço de guerra em que estavam envolvidos os países produtores de bens manufaturados, reduzira a oferta desses bens de 40%, o que potenciou o processo de substituição de importações, através do desenvolvimento das indústrias locais. Elas se beneficiaram assim de uma nova forma de protecionismo conjuntural. Por volta de 1940, a capacidade produtiva ligada ao mercado interno estava sendo intensamente utilizada (15). Ora, o surto industrial implicaria numa absorção cada vez mais intensa das matérias-primas, entre elas o algodão, produzidas na agricultura. De resto, o mercado consumidor crescia com o processo de urbanização, aumentando a procura generalizada de produtos agrícolas. Finalmente, uma das primeiras medidas tomadas pelo Estado Novo — a abolição ainda em 1937 das taxas interestaduais de exportação — integrando os setores rural e urbano, contribuiu para o desenvolvimento de um mercado realmente nacional.

Eram assim cumpridas algumas das reivindicações econômicas defendidas nos começos dos anos 30, de que eram por-

(14) Delfim Netto, *op. cit.*

(15) Celso Furtado, *op. cit.*

tadores certos grupos progressistas, como os ligados ao tenenismo, ou mesmo ao de um industrial como Roberto Simonsen; mas que naquela época soavam como reivindicações ideológicas, porque as condições objetivas para sua realização se encontravam em estado de latência, ou ausentes.

Sob a hegemonia do Estado instaurou-se, definitivamente, nessa fase, a legislação que regulava as relações entre operários e trabalhadores urbanos de um lado, e de outro, os patrões. Também quanto a esse aspecto, o novo regime completava uma política anterior, iniciada quando da fundação do Ministério do Trabalho, em 1931, sob a direção de Lindolfo Collor. A diferença, agora, consistia no aperfeiçoamento daquele sistema, na sua extensão para todos os grupos ocupacionais e na formação de novos aparelhos burocráticos, subordinados àquele Ministério, encarregados de controlar a execução das medidas previstas em lei (16). Muitas delas, entretanto, seriam cumpridas, de fato, somente tempos depois de sua criação, como a do salário mínimo, que constava já da carta de 1937, mas instituído em 1940. Entre os direitos recém-adquiridos pelo proletariado e pelos trabalhadores no comércio, incluíram-se: jornada de trabalho de 8 horas, férias remuneradas, estabilidade no emprego, indenização por dispensa sem justa causa, convenção coletiva de trabalho, a regulamentação do trabalho das mulheres e de menores, os Institutos de Aposentadoria e Pensões, que garantiam assistência àqueles grupos.

Ainda em continuidade com as tendências do período anterior, foi consolidada a Justiça do Trabalho, em 1939: surgiram novos quadros institucionais ligados ao judiciário, hierarquizados (Tribunal Superior, Tribunais Regionais, Juntas de Conciliação e Julgamento) que tinham por função decidir dos conflitos entre patrões e empregados. Representantes de uns e de outros, escolhidos pelas respectivas associações sindicais, participavam das Juntas e dos Tribunais. "Assim, não se criavam apenas leis reguladoras do trabalho, mas também se assentavam novas formas (...) para a resolução de seus problemas, relacionando nisto o sindicato, o patronato e o Estado" (17).

Todas essas medidas legislativas e administrativas representavam, sem dúvida, um progresso no tratamento da "questão

(16) As principais informações sobre esse tema foram obtidas do livro de Azis Simão, *Sindicato e Estado*, Dominus Editora, 1966.

(17) Azis Simão, *op. cit.*, pág. 76.

social”, porque outorgavam benefícios até então inéditos aos trabalhadores. O avesso, dessa maior intervenção do Estado — que rompia assim o privatismo até então característico dos contratos e dos dissídios trabalhistas — implicava em maior controle da atividade política dos trabalhadores. De resto, esse resultado derivava de uma política consciente por parte do governo, que já antes do Estado Novo procurara disciplinar, unificando-o sob seu controle, o movimento sindical. O novo regime fortificaria através de novos instrumentos, essa orientação. Pela Constituição de 1937, eram proibidas as greves e o *lockout*, declarados “recursos anti-sociais, nocivos ao trabalho e ao capital, incompatíveis com os superiores interesses nacionais”. As interferências ideológicas nos sindicatos eram vedadas, porque “estranhas” aos interesses profissionais e econômicos dos trabalhadores. O Estado Novo liquidaria de vez com a autonomia sindical em 1939, proibindo a existência das associações não integradas ao sistema oficial, cujas normas mais importantes consistiam no reconhecimento de apenas um sindicato por cada profissão, que poderia ser distrital, municipal, estadual e interestadual; só excepcionalmente, e com a autorização expressa do Ministério do Trabalho, se admitiriam associações nacionais.

Essa estrutura corporativa completou-se e foi reforçada pela instituição do imposto sindical: o desconto compulsório da soma equivalente a um dia de trabalho, por ano, de todos os empregados; essas verbas, canalizadas pelo Ministério do Trabalho, eram através dele, distribuídas entre os sindicatos, já nessa altura renovados: dotados de aparelho burocrático e com pessoal remunerado, reuniam, por lei, as funções de cooperativas de crédito e de consumo, assistência judiciária e hospitalar⁽¹⁸⁾. Fonte de financiamentos e de benefícios reais, o imposto sindical se convertia, também, em fonte de dependência política, daquelas associações e de seus integrantes, em relação ao Estado. A obtenção de favores pelos dirigentes sindicais, dependia de sua habilidade em manipular aqueles que representavam na direção designada pela política oficial.

O caráter semi-autoritário, semiconcessivo, de toda essa estrutura, viciava de paternalismo as relações entre trabalhadores e governo, identificados por eles a Getúlio Vargas. Nos primeiros anos de Estado Novo, esse sistema teria por função

(18) Azis Simão, *op. cit.*, pág. 183.

política predominante, portanto, a conquista — e ao mesmo tempo o controle e a disciplina das organizações sobretudo operárias. Somente mais tarde, no fim do regime, ele seria utilizado para mobilizar “as massas”, fazendo-as intervir ativamente nas lutas políticas, a favor de Vargas, contra os grupos oposicionistas. A eficácia desses recursos se explica, em parte, pela composição do proletariado: camada a que se incorporavam constantemente novos contingentes de origem rural, para os quais a vida urbana era sinônimo de ascensão e, de modo particular, eram indivíduos beneficiados pelos direitos adquiridos com a legislação do trabalho. Mais ainda, as diferenças sociais e culturais em que implica a vida urbana se comparada à do campo exigia deles e de suas famílias ajustamentos difíceis, que consumiam boa parte de suas energias. Não havia tempo — nem condições políticas — para que se pudessem cristalizar reivindicações e tradição organizatória autônomas.

Os traços nacionalistas que caracterizavam a Constituição de 37, confirmados através de inúmeros decretos e reforçados pela ideologia dos chefes militares, se estendiam também às relações internacionais. Por isso, seria falso afirmar uma adesão clara do governo, até 1940, quer à política dos países do Eixo, quer às exigências norte-americanas. Ambos os blocos tentariam conquistar as simpatias e as preferências de Vargas, através de seus principais colaboradores, que, é inegável, tinham preferências ideológicas e mesmo procuravam forçar compromissos políticos ou com os E.U., ou com a Alemanha. Osvaldo Aranha, primeiro embaixador em Washington e depois Ministro do Exterior, desde logo seria conquistado pelos americanos; também Lourival Fontes, chefe do Departamento de Imprensa e Propaganda. De outro lado, Francisco Campos, Felinto Müller estimulavam as tentativas da embaixada alemã, faziam vista grossa à propaganda nazista e às organizações das minorias alemã e italiana, cuja atividade, muito sintomaticamente, tinha sido restringida por lei. Góes Monteiro e Dutra oscilavam, mas por razões muito específicas: estavam interessados no bloco que oferecesse melhores condições: equipamento e armas para o Exército, então em fase de reorganização, e financiamentos para as indústrias de base, que almejavam instalar no país⁽¹⁹⁾.

(19) Dulles, *op. cit.*, fala de aproximações com o governo americano, desconhecidas do público brasileiro, de que Góes e Dutra participavam, em 1939, época em que pareciam mais próximos dos alemães.

Como o nível daquelas ofertas era insatisfatório, seu comportamento era também oscilante.

A política oficial se caracterizou portanto, por idas e vindas, por técnicas de protelamento e de temporização que não implicavam em adesão definitiva, mas apenas em compromissos parciais. Vargas e seus colaboradores militares se aproveitavam das lutas interimperialistas, do estado de equilíbrio em que se encontravam na época, para fortalecer o "Estado Nacional", e sua infra-estrutura. Estava consciente de que ele próprio capitalizaria os principais resultados políticos e seus efeitos ideológicos, aumentando assim seu prestígio pessoal, entre as mais diversas camadas da população — e sobretudo do Exército. Por alguns anos, em virtude da conjuntura internacional, a dependência anterior do Brasil se tornaria problemática. A importância da situação geográfica e política do país, dava ao governo a oportunidade de jogar com Roosevelt e com Hitler, ao mesmo tempo. No dia seguinte à queda de Paris, Vargas fizera um discurso em que proclamava a derrocada do liberalismo, a necessidade de "sacudir as árvores para que caíssem as folhas mortas". Para apaziguar as inquietações dos americanos, interpretava essas palavras enigmáticas, como adesão do intervencionismo do *New Deal*, o que não o impedia de mandar telegramas de cumprimentos ao Führer⁽²⁰⁾ quando de uma comemoração nazista, tempos depois.

1940 marca o início das realizações econômicas propriamente inovadoras, planejadas já em 1939, quando Getúlio Vargas e o Ministro da Fazenda, Souza Costa, trabalharam na elaboração de um plano quinquenal, de cujos itens contavam: uma usina de aço, fábricas de aviões, usina hidrelétrica em Paulo Afonso, drenagem do rio São Francisco, estradas de ferro e de rodagem, e a compra na Alemanha, de navios para o Lloyd Brasileiro, de *destroyers* e aviões. Apenas parte desse plano foi levada a cabo, mas a importância, para a vida nacional, das inovações efetivadas, não foi pequena.

A mutação mais significativa e mais geral consistia em um novo tipo de interferência do Estado, ao nível da economia. Até então, ele organizara e centralizara, intensificando-os, processos econômicos já existentes: na agricultura, estimulando a diversificação da produção e suportando, em um nível mais oneroso do que se fizera na República Velha, os preços do café;

(20) Dulles, *op. cit.*

na indústria, concedendo facilidades de financiamento, de créditos a juros baixos através do Banco do Brasil. Agora, através da instalação de novas indústrias, estatais, o Estado assumia o papel de principal investidor. Criava também com isso, as bases institucionais de que emergiria uma espécie nova de grupo burocrático — composta de militares e de civis, bem mais duradoura do que o próprio regime de Vargas, e que proliferaria nos anos 50 — uma "burocracia industrial", amplamente remunerada e prestigiada. Surgia assim, um novo agente econômico (e político), o "tecnocrata"⁽²¹⁾.

Além disso, esses investimentos tinham uma significação intrínseca: em sua maioria canalizados para a indústria pesada, setor pouco atraente para os investidores particulares, em que a remuneração dos capitais se faz a longo prazo, resultaram na instauração das condições infra-estruturais para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Tais implicações foram captadas por alguns industriais mais avançados e próximos ao governo, embora escapassem à consciência da grande maioria. O interesse ativo dos militares brasileiros continuaria a dar base política aos programas governamentais. É revelador o fato de que os representantes de Vargas nas negociações para a criação da usina de aço, eram o Major Edmundo de Macedo Soares e o industrial Guinle. Ela teria por principais resultados, alegavam ambos, a economia de divisas estrangeiras e o estímulo à industrialização.

Em maio de 1940, Vargas informava o Departamento de Estado americano que a Krupp, firma alemã, se dispusera a construir a usina. Summer Wells, subsecretário do governo dos E.U.A. estava convencido — declarou-o expressamente —⁽²²⁾ de que a dependência militar do Brasil em relação à Alemanha, se consumaria definitivamente, se a Krupp interviesse. Em setembro de 1940, o governo brasileiro recebia dos E.U.A. a oferta que desejava: os empréstimos de \$20 milhões em dólares seriam feitos pelo EXIMBANK, instituição semi-oficial (Vargas queria evitar a dependência em relação a corporações estrangeiras privadas). Esta proposta incluía outros compromissos da parte dos americanos: incremento de transporte marítimo do carvão vindo do Sul para a usina, o equipamento da Estrada

(21) Sobre esse agente e sua ideologia, assim como sobre as relações entre Estado e capitalismo, ver, Octávio Ianni, *Estado e Capitalismo, Civilização Brasileira*, 1965.

(22) Dulles, *op. cit.*

de Ferro Central do Brasil, para transportar o ferro extraído de Minas Gerais. Um ano e meio depois da instalação de Volta Redonda, que se deu em 1941, o empréstimo do EXIMBANK subia a 45 milhões. Estava criada a Companhia Siderúrgica Nacional, que deveria produzir inicialmente 300 mil toneladas de aço por ano. Os custos locais deveriam ser cobertos pela venda de ações, por parte do governo brasileiro, aos Institutos de Previdência e aos investidores nacionais.

Aos poucos, a partir de 1941, foi-se esboçando uma "política continental", que se completaria com a Conferência do Rio de Janeiro, em 1942, e com a integração do país à órbita dos aliados. Já em 1940, o DIP foi subordinado diretamente a Vargas, subtraído portanto às influências pró-nazi que derivavam do Ministério da Justiça, nas mãos de Francisco Campos. O diretor do DIP, Lourival Fontes, ainda naquele ano proibira críticas aos E.U.A., fechara o jornal nazista *Meio-Dia* e censurara outros dois, que também circulavam no Rio de Janeiro. Em fins de 1941 todos os jornais em língua estrangeira eram forçados a desaparecer.

A conferência do Rio de Janeiro, de que participaram os ministros do exterior dos países americanos, selava também a aliança Vargas-Roosevelt. As conseqüências econômicas e políticas seriam fundamentais: as mais imediatas, seriam os Acordos de Washington, assinados a 3 de março de 1942, pelo ministro Souza Costa, representante de Vargas. O Brasil concedia permissão aos americanos para utilizar, em colaboração com tropas brasileiras, o Nordeste como base de defesa aérea e naval, desde Fortaleza até Salvador.

Em conseqüência, foram eliminadas as companhias de aviação alemã (Condor) e italiana (Lati). O governo brasileiro obtinha em troca \$200 milhões de dólares em armamentos, 35% dos quais deveria pagar até 1948. A Itabira Iron Company, desapropriada pelo governo inglês, foi concedida ao Brasil, que obtinha também a pequena estrada de ferro que ligava as minas à cidade de Vitória; o EXIMBANK financiaria com \$14 milhões de dólares a exploração das minas. Formou-se então a Cia. Vale do Rio Doce, da qual a Inglaterra e os E.U. se comprometiam a adquirir 750 000 toneladas de ferro, de que precisavam. Os americanos comprariam a borracha excedente, não consumida pelo mercado interno, e reivindicavam a exclusividade na venda desse produto no mercado internacional, em troca de financiamentos (do EXIMBANK) para sua exploração, na Amazônia. Asseguravam a compra de café e de ca-

cau⁽²³⁾. A análise dos efeitos reais desse acordo sobre a economia brasileira ainda está por ser feita.

De qualquer modo, a formação da Cia. Vale do Rio Doce representou um novo investimento do Estado, no plano da infra-estrutura, que garantia o controle nacional de matéria-prima para a indústria pesada, especialmente para a Usina de Volta Redonda. Parte dessa mesma orientação nacionalista, o Conselho Nacional de Petróleo, já antes de 1940, lutando com resistências estrangeiras, mas apoiado pelo Exército, especialmente por Dutra, criava instrumentos para o controle do refino e da distribuição daquele combustível, essencial para o cumprimento do programa de ampliação nos meios de transporte e para a indústria. Pouco tempo depois, também sua extração por empresa estatal estaria garantida.

Em todos esses anos tudo se fez sob a hegemonia do Estado que se reivindicava "nacional". Nessa afirmação ideológica havia um grão de verdade: o poder de Estado, sua consolidação no Brasil *não significava a hegemonia política direta* de nenhuma classe em particular. É certo também que, sob a égide do novo regime, se processou uma recomposição das classes ao nível do poder, implicando numa colaboração entre elas. Graças à instabilidade política e econômica em que se encontravam os grupos dominantes, antes do golpe, o Estado pôde se fortalecer, assumindo, não obstante, o papel de instrumento de realização de interesses já diferenciados: das oligarquias rurais, quer ligadas à exportação, quer ao mercado interno; da burguesia industrial, que se ia constituindo e se desenvolvia sob sua proteção. Quanto a esta última, o governo antecipava soluções econômicas e políticas que objetivamente favoreciam as condições de acumulação capitalistas do Brasil; desses efeitos, entretanto, permaneceram inconscientes seus principais beneficiários, os industriais em seu conjunto. Porque, tanto a consciência de seus interesses, quanto a sua prática política — enquanto classe — eram ainda rudimentares. Suas relações com o Estado se caracterizavam por compromissos e expectativas de vantagens individuais; estavam viciadas, também elas, por um conteúdo paternalista.

Entretanto, se aquela colaboração entre os grupos dominantes foi possível, se, por sua vez, foi possível ao Estado atender ao mesmo tempo às exigências principais de uns e de outros,

(23) Dulles, *idem*,

isto não se deve exclusivamente àquela configuração conjuntural, econômica e política. Sua eficácia, sua razão de ser, é da ordem do *estrutural*. Não havia (e continuou não havendo depois do Estado Novo) antagonismo entre os interesses das oligarquias rurais e da burguesia industrial. Pelo contrário, as relações entre elas se caracterizavam naquela época por uma *solidariedade econômica fundamental*. A explicação não está na origem social de muitos dos empresários, ligados por laços de parentesco, aos grupos oligárquicos: isto seria pouco para definir uma compatibilidade de interesses no sistema capitalista. Na verdade, o que os unificava era o fato de que os investimentos na indústria dependiam da acumulação de capitais na agricultura, canalizados sob a forma de créditos e de financiamentos, através do sistema bancário, que lhes servia de mediador. Essa "acumulação primitiva" tinha por pressuposto sociológico a exploração ou a expropriação das populações rurais. Por isso, o trabalhador do campo, apesar de sua importância numérica e de sua ativa presença econômica, será a grande figura ausente do Estado Novo, reprimida na consciência coletiva e excluída da "questão social". As oligarquias rurais tinham sido forçadas a abdicar de seu poder político, mas permaneceram *intatas as bases sociais e econômicas de sua dominação*. Daí, uma espécie de compromisso tácito entre elas, o governo e a burguesia industrial — satisfeita com a expansão do mercado interno *urbano*.

As concessões às classes privilegiadas se limitavam assim à órbita dos trabalhadores das cidades. Com a Consolidação das Leis do Trabalho, elaboradas em 1943, suas prerrogativas foram ampliadas, passaram a ser melhor protegidas contra as pressões patronais. Mas sempre segundo os princípios já testados de "heteronomia, unidade e centralização gremial"⁽²⁴⁾. Essas conquistas, novas apenas parcialmente, resultaram de uma mudança no Ministério do Trabalho, dirigido desde 1941 por um paulista ligado aos grupos industriais de São Paulo, Alexandre Marcondes Filho. Sua atividade propriamente inovadora consistiu na introdução de novas técnicas de propaganda e de manipulação "das massas", a que se deu o nome de trabalhismo". Todas elas convergiram no sentido de reforçar as identificações emocionais entre os trabalhadores e Vargas: as grandes demonstrações públicas de 1.º de maio, para as quais o Presidente reser-

(24) Azis Simão, *op. cit.*, pág. 197.

vava a proclamação de novas concessões, as falas especiais de Marcondes Filho e de Vargas, na "Hora do Brasil". Tomava corpo, assim, a relação personalista entre Vargas e o povo, de efeitos políticos duradouros; o populismo passaria a ser uma constante da vida nacional e se desdobraria mais tarde em múltiplas variantes⁽²⁵⁾.

A entrada do Brasil na guerra, contra o eixo, em agosto de 1942, reforçaria, provisoriamente, o prestígio de Vargas. Aquela decisão foi tomada depois do afundamento de vários navios brasileiros pela marinha alemã, o que desencadeara em todo o país, uma série de campanhas populares e de manifestações públicas de indignação. Por algum tempo, a existência de inimigos comuns, unificando esforços em termos "nacionais", abafaria processos disruptivos já em curso, que emergiriam sob forma política clara, depois de 1944. Comprometido com as lutas internacionais, o governo de Vargas rompia sua tradicional atitude de expectativa; e essa ruptura, implicando na adesão ao bloco "democrático", à frente única antinazista, revalorizava uma ideologia que não podia deixar de ter efeitos políticos internos. Vargas, prevendo o restabelecimento do sistema representativo, tenta capitalizar essas mudanças; daí a intensidade com que foram utilizadas técnicas de propaganda, as paradas públicas, os discursos associando poderio militar e a industrialização de que seu governo fora o principal promotor. Finalmente, o reatamento das relações com a U.R.S.S. — e sua reabilitação ideológica. A exibição das tropas integrantes da Força Expedicionária Brasileira, comandada pelo Gal. Mascarenhas de Moraes, antes de sua partida para a Europa, em 1944, foi mais uma oportunidade para revalorizar os efeitos do "Estado Nacional". Já em fins de 1943, no sexto aniversário do golpe, data em que deveria ser realizado o plebiscito previsto na Constituição, Getúlio Vargas prometia eleições para o fim da guerra, e reiterava sua intenção em abril de 1944.

Desde fins de 1944, a eficiência do DIP já não era a mesma; não pôde controlar, como fizera no ano anterior com o Manifesto dos Mineiros, a publicidade em torno das reivindicações democráticas, que se sucediam: da parte de oficiais brasileiros na Itália, do Congresso Brasileiro de Escritores, em janeiro

(25) Sobre esse tema, um dos mais recentes trabalhos de Francisco Weffort, in *Les Temps Modernes*, outubro de 1967, n.º 257.

de 1945, e as declarações de José Américo de Almeida, no *Correio da Manhã*. A UDN, partido organizado em 1944, lançava seu candidato às eleições, Brigadeiro Eduardo Gomes. Multiplicavam-se manifestações estudantis e os protestos populares, mesmo depois do Ato Adicional, de 28 de dezembro, que determinava, para dentro de 90 dias, um decreto marcando a data das eleições. Em abril era oficiosamente proposta a candidatura do Gal. Eurico Gaspar Dutra, apoiada pelos oficiais do Exército, e finalmente, por Vargas, em comício de 1.º de maio. Concedida anistia às centenas de presos políticos, Luís Carlos Prestes, chefe do Partido Comunista, voltava à atividade e conseguia mobilizar enorme massa em comício no Rio de Janeiro, a 23 de maio. Cinco dias depois, um decreto fixava para 2 de dezembro as eleições presidenciais.

Reabriram-se nesses primeiros meses, as lutas políticas antes inibidas. As principais forças sociais assumiram forma organizada — os partidos — que definiriam os quadros da vida nacional por 19 anos.

O Partido Social Democrata, que tinha Dutra por candidato, era integrado pelas oligarquias rurais, por industriais e banqueiros habituados às negociações com o governo central. Tinha em seus quadros empresários como Roberto Simonsen, que viam na intervenção estatal a condição de desenvolvimento industrial. Para a organização desse partido, supervisionada por Vargas, serviram de intermediários os interventores; estes, durante o Estado Novo, haviam tido por função o envolvimento das oligarquias locais e seu comprometimento — através de concessões e de técnicas divisionistas — com a política do governo federal. O PSD seria detentor de uma vigorosa máquina eleitoral, reforçada pela larga experiência do jogo político, que possuíam seus integrantes: sua força se faria sentir já nas primeiras eleições, embora sua ideologia se caracterizasse por um traço negativo, ausência de unidade.

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), mobilizava a burocracia sindical ligada ao trabalhismo, sob a direção de seus criadores, Marcondes Filho, Hugo Borghi, e de seu principal ideólogo, Alberto Pasqualini. O governo procurava organizar assim, agora sob forma partidária, um dos outros pólos em que se baseara seu prestígio, as camadas populares urbanas, que passaram a representar um conjunto significativo de votos. A ideologia populista desse partido mantinha e reforçava a tradição inaugurada por Vargas.

A União Democrática Nacional (UDN), fundada em 1944, reunia os elementos antigetulistas: antigos liberais constitucionistas, como Armando de Salles, Júlio de Mesquita Filho; proprietários de uma cadeia de jornais como Assis Chateaubriand, o dono do *Correio da Manhã*, Paulo Bittencourt, e a burguesia comercial urbana, ligada aos interesses exportadores e importadores, prejudicados em seus lucros pelo intervencionismo econômico do Estado Novo. Contava, também, com a adesão das classes médias urbanas, assustadas com a retomada do processo inflacionário, que se acentuara a partir de 1942. A ideologia da UDN, politicamente liberal, no plano econômico se manifestava também liberal, reivindicando a liquidação do protecionismo, identificado como causa principal do aumento de preços. Isso conquistava a simpatia daquelas camadas médias, cujas perspectivas econômicas se orientam pelo ponto de vista do consumidor. Uma ala da UDN, a Esquerda Democrática, constituída por intelectuais e profissionais liberais, mais tarde se desdobraria numa nova organização, o Partido Socialista Brasileiro (PSB).

O quadro econômico se alterara. A alta nos preços do café, a partir de 1943, e o conseqüente aumento das exportações desse produto, combinados ao baixo nível em que se mantiveram as importações, resultavam num saldo positivo na balança de pagamentos. Os grupos comerciais ligados aos interesses internacionais, tinham esse argumento — o acúmulo de divisas estrangeiras — para reivindicar a abolição de medidas protecionistas. E, sobretudo, os capitais estrangeiros, principalmente americanos, liberados depois da guerra, viam num Brasil parcialmente industrializado oportunidades para seus investimentos; pressionavam, portanto, na mesma direção.

A industrialização, que já era um fato, o impulso que lhe fora dado, abriram um debate econômico e político que se desdobraria nos anos seguintes: a controvérsia sobre o desenvolvimento. Boa parte dos industriais locais, interessados na maior participação da iniciativa particular e mesmo na privatização das indústrias estatais, agora rentáveis, defendiam a tese do papel complementar do Estado na economia. Outros, em menor número, eram pela participação mais decisiva do Estado, através do planejamento, e seu principal ideólogo, Roberto Simonsen.

Essa configuração de forças e as manobras políticas do embaixador americano, Berle Jr., levariam o Partido Comunista a reorientar suas reivindicações, que já apontavam para a “luta antiimperialista”, em frente única com “as forças progressistas

nacionais". Daí o apoio de uma de suas alas às manobras continuístas de Vargas, o que parecia paradoxal da parte de um líder como Prestes, que permanecera nove anos nas prisões do Estado Novo. A essa razão ditada pelas divisões internas se acrescentava uma tendência geral, ditada pela orientação de Moscou a todos os partidos comunistas, que consistia na manutenção das frentes populares, introduzida e estimulada pela participação da U.R.S.S. na guerra, ao lado dos aliados.

Vargas, alimentando discretamente movimentos populares como o "queremismo", que reivindicava Assembléia Constituinte com Getúlio, e que mobilizava as camadas populares urbanas, propondo leis "nacionalistas" como a lei antitruste, confirmava as desconfianças dos grupos oposicionistas, de que pretendia continuar no poder. A polarização de forças se deu rápida, quando Vargas antecipou a data das eleições locais e estaduais para a mesma data das presidenciais: a oposição estava ameaçada de perder o controle. A campanha pela imprensa, dirigida em grande parte por esses grupos, era estimulada pelas manobras da Embaixada americana, e finalmente por um discurso de Berle, exigindo a redemocratização.

A última tentativa do Presidente, nomeando Benjamim Vargas, seu irmão, para chefe de polícia do Rio de Janeiro, provocou a intervenção de chefes militares, os mesmos que participaram do golpe de 10 de novembro: de Dutra, candidato, e da parte de Góes Monteiro. Getúlio Vargas era deposto a 29 de outubro de 1945, depois de quinze anos no poder.

As características contraditórias do Estado Novo, combinando aspectos progressistas, como o impulso à industrialização, e conservadores, como a repressão aos movimentos de esquerda, e a utilização de técnicas de propaganda e coerção, apoiado nos grupos militares, integrou elementos típicos (ao lado de outros, sem dúvida conjunturais), bastante comuns na evolução dos países subdesenvolvidos. O Estado autoritário, surgido de movimentos democráticos, se fazia, conscientemente, o principal instrumento de acumulação capitalista, a serviço principalmente de uma burguesia industrial incipiente, mas fraca. Esta fraqueza, definida em grande parte pelo fato de se ver obrigada a jogar, em suas lutas para romper o "Pacto Colonial", com a colaboração de forças contraditórias: aquelas tradicionalmente ligadas ao imperialismo de um lado, mas ainda capitalismo, e as massas de outro.

PROBLEMAS DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO SÉCULO XX

GABRIEL COHN

Este capítulo trata dos problemas da expansão industrial no Brasil contemporâneo; isto é, trata de uma industrialização *problemática*. Nosso objetivo não é tanto buscar as origens e seguir as fases de crescimento de uma economia de base industrial já plenamente constituída, quanto acompanhar até as suas fontes os aspectos mais significativos de um processo ainda em curso. Esse processo é problemático por duas razões: porque o crescimento industrial não se faz sem obstáculos sérios, e porque o seu resultado final ainda não está definido. Desta forma, seremos levados a tratar a industrialização no seu sentido mais amplo: como o núcleo de toda aquela constelação de mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais que caracterizam a constituição da ordem social capitalista na sua expressão contemporânea, no Brasil. Nossa atenção está centrada, portanto, nos problemas da atualidade, na medida em que eles envolvem todo um processo histórico, do qual formam sua cristalização no presente e um enquadramento para o futuro.

I

A industrialização é um *processo*: é um conjunto de mudanças, dotado de uma certa continuidade e de um sentido. Seu sentido é dado pela transformação global de um *sistema* econômico-social de base não-industrial (no caso brasileiro: de base agrária-exportadora). É por operar num sistema que a industrialização implica em um conjunto *articulado* de mudanças, e é por essa via que ela se distingue da simples criação de indústrias: pode ocorrer, num momento dado, em uma economia de